

A Construção do Cidadão: Os Conteúdos Escolares nas Escolas Públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República

Berenice Corsetti¹

Resumo

No Rio Grande do Sul, na Primeira República, ocorreu expressiva expansão do ensino, num contexto de modificações sociais e domínio político do Partido Republicano Rio-Grandense. Os conteúdos escolares, nesse processo, foram utilizados pelos dirigentes como instrumento de construção do cidadão rio-grandense dos novos tempos do capitalismo. A reorganização curricular e programática efetivada nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, na Primeira República, possibilitou a adoção de um caráter científico e técnico na estruturação dos conteúdos, o que foi importante para a formação dos trabalhadores que se faziam necessários para a realidade capitalista que os republicanos desejavam consolidar. A construção do cidadão que interessava ao projeto dos positivistas exigiu que a escola, além de ensinar, educasse para a disciplina, para a produtividade e para os cuidados com a saúde. A preparação para o mercado incluiu instrumentos através dos quais os governantes gaúchos prepararam a juventude rio-grandense para a aceitação da lógica do capital.

Palavras-chave: conteúdos escolares - reorganização curricular - capitalismo

Abstract

In Rio Grande do Sul, during the First Republic, there was an expressive expansion of teaching, in a context of social changes and political rule by the "Rio-Grandense" Republican Party. The educational subjects, in this course, were used by the directors as a way to prepare the citizen of Rio Grande do Sul for the new ages of capitalism. The curricular and program reorganization which took place at the public schools of Rio Grande do Sul, during the First Republic, allowed the adoption of scientific and technical character in the structuration of the subjects, which was important for the creation of workers who would be necessary for the capitalist reality that republicans wanted to consolidate. The formation of the citizen which was of interest for the project of the positivists demanded that the school, besides teaching, educated for the discipline, productivity and the health care. The preparation for the market included means by which the "gaúcho" rulers prepared the youth "rio-grandense" to accept the capital logic.

Key-words: educational subjects - curricular reorganization - capitalism.

¹ Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras (FAPA). Professora aposentada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Introdução

A sociedade rio-grandense, durante a Primeira República, foi objeto de um processo de modernização encabeçado pelo Estado gaúcho, que adotou uma série de medidas que visaram eliminar o domínio da oligarquia rural tradicional e garantir a consolidação do capitalismo na região. A implementação da escola, no âmbito das ações destinadas à expansão do ensino, integrou esse processo.

O Partido Republicano Rio-Grandense, representante partidário do grupo que ascendeu ao poder na República, propôs a solução dos problemas do Estado através de um projeto de modernização justificado a partir do conjunto de idéias elaboradas por Augusto Comte.

Tendo como inspiração o ideário construído por Comte, foi proposta a construção de uma sociedade racional, distinta da anterior, com o controle dos trabalhadores sendo feito através da utilização sistemática da educação moral e da prática do trabalho regular. O esforço educacional era, assim, indispensável à nova ordem. Nesse sentido, a escola pública se transformou em instrumento fundamental da política do Estado gaúcho, para a consecução dos objetivos de modernização, em paralelo à garantia da estabilidade e do controle social.

Foi, portanto, nesse contexto que o projeto político dos dirigentes positivistas rio-grandenses envolveu a escola pública, a partir de uma organização educacional e de uma política do Estado para o setor da educação. Interessa-nos mostrar que os conteúdos de ensino adotados nas escolas públicas tiveram um papel específico, o qual estaremos apresentado a seguir.

1. Os conteúdos de ensino.

Após a primeira reformulação do ensino público primário do Rio Grande do Sul realizada em 1897, a preocupação com os conteúdos a serem ensinados nas escolas do Estado implicou na estruturação de novos programas escolares. Até então, continuava em vigor, como orientação geral, o programa aprovado pelo governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo ato de 30 de novembro de 1883, que estabeleceu os conteúdos que seriam ministrados no ensino primário rio-grandense.¹

Todavia, alguns outros conteúdos eram absolutamente incompatíveis com a proposta positivista, sobretudo os relativos à educação moral e cívica que, no programa de 1883 estavam centrados na doutrina cristã, conforme o

¹ O programa do ensino público primário da Província, conforme definido pelo Ato de 30.12.1883 pode ser encontrado no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

catecismo. Eram destacados, assim, a história sagrada, ensinada por meio de narrativas, desde a criação do mundo e do paraíso terrestre, passando pelos relatos da história dos principais personagens bíblicos, até Jesus Cristo, sua vida, paixão e ressurreição. Esses conteúdos eram concluídos com as lições sobre os deveres do homem para consigo, com seus semelhantes e com Deus.² Portanto, na questão da formação de valores, a vinculação da Igreja Católica com o Estado, no Brasil, expressava-se nos programas do ensino primário, de forma clara.

Por outro lado, os programas de história incluíam um conjunto de acontecimentos situados no plano político, que iniciavam com os descobrimentos portugueses do século XV, o descobrimento da América e do Brasil, passando pela descrição dos principais fatos dos períodos colonial e imperial brasileiros e sendo concluído, significativamente, com a ascensão do Partido Liberal em 1878.³ A história do Brasil interessava, portanto, em termos de ensino, até a chegada dos liberais ao poder. Isso significou, além da orientação idealista que pudemos perceber na estrutura dos conteúdos históricos, a manipulação dos mesmos segundo o interesse político do Partido Liberal no Rio Grande do Sul.

Não é difícil perceber as razões de discordância dos republicanos positivistas em relação a esses aspectos relacionados aos conteúdos ensinados nas escolas públicas do Rio Grande. Nem a influência da Igreja era mais aceita, nos termos como se efetivara no Império, nem havia aceitação dos liberais, adversários políticos dos republicanos. Portanto, o estabelecimento de novos programas para o ensino público gaúcho foi objeto de preocupações e decisões dos dirigentes educacionais rio-grandenses.

Nesse contexto, podemos situar a definição dos programas do ensino primário elementar e complementar do Rio Grande do Sul, organizados pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Manoel Pacheco Prates, aprovados em 1899, precedidos de instruções preliminares que orientavam sua aplicação. No plano do ensino elementar, a definição dos conteúdos foi complementada em 1910, com o programa dos colégios elementares.⁴

A análise dos programas escolares nos possibilita perceber a extensão da política educacional republicana até as salas de aula do Rio Grande. A observação e análise dos conteúdos que deveriam ser ensinados por determinação dos dirigentes do Estado possibilita a compreensão de aspectos relevantes da escola pública rio-grandense. Estaremos priorizando

² Programa do ensino público primário da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 30.11.1883, p. 7, 15-6 e 19-20.

³ Idem, ibidem, p. 21-2 e 25.

⁴ Decretos nº 239, de 05.06.1899 e 1.575, de 27.01.1910. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1899 e 1910, p. 255-289 e 196-212, respectivamente.

o programa do ensino elementar, conforme estabelecido em 1899 e 1910, considerando que através dele podemos perceber o papel conferido aos conteúdos escolares no projeto republicano para a escola pública. Na medida do interesse do trabalho, faremos remissões ao programa do ensino complementar.

2. Os programas escolares

A reformulação do ensino primário do Rio Grande do Sul realizada pelos republicanos iniciou, efetivamente, através da decretação do regulamento da Instrução Pública de 1897. Nos artigos 3º e 5º desse regulamento, foram estabelecidas as matérias destinadas ao ensino nos colégios distritais e nas escolas elementares, conforme exposto a seguir.

CURRÍCULO DAS ESCOLAS ELEMENTARES E DOS COLÉGIOS DISTRITAIS: 1897.

ESCOLAS ELEMENTARES	COLÉGIOS DISTRITAIS
Ensino prático da língua portuguesa; Contar e calcular. Aritmética prática até a regra de três, mediante o emprego primeiro dos processos espontâneos e, depois, dos processos sistemáticos; Sistema métrico precedido do estudo da geometria prática (taquimetria); Elementos de geografia (uso dos mapas) e história, especialmente do Brasil e do Estado; Lições de coisas e noções concretas de ciência física e natural; Elementos de música vocal; Desenho; Ginástica.	Caligrafia; Português; Elementos da língua francesa (gramática e versão); Aritmética (estudo complementar); Álgebra elementar, geometria e trigonometria; Geografia e história, especialmente do Brasil e do Estado; Elementos de ciências físicas e história natural aplicáveis às indústrias e à higiene; Noções de direito pátrio; Desenho de ornato, paisagem, figurado e topográfico; Música por audição; Ginástica.

FONTE: Decreto nº 89, de 02.02.1897 (art. 5º e 3º, respectivamente).
Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1897,
p.163-4

Este conjunto de matérias não foi, entretanto, acompanhado de uma especificação, a nível programático, dos conteúdos que deveriam ser desenvolvidos em sala de aula. Isto só foi realizado em 1899, com a aprovação dos programas das escolas elementares e complementares, sendo

sucedido, em 1910, pela definição dos programas dos colégios elementares. Esses programas valeram para o restante do período.

2.1. A orientação geral dos programas escolares.

A tentativa feita pelos dirigentes educacionais rio-grandenses foi a de estruturar os conteúdos programáticos segundo a orientação teórico-metodológica marcada pela lógica indutiva. A introdução da perspectiva científica e a eliminação dos elementos metafísicos foram critérios alardeados e, em parte, implementados.

A observação do quadro dos programas do ensino elementar nos permite perceber que os conteúdos, de um modo geral, apresentavam um desenvolvimento gradual, iniciando com os conhecimentos mais simples que foram ampliados para os mais complexos, tendo sido mantida uma relação de continuidade, nessa direção, entre as diversas seções dos programas. São bem típicos, em termos de uma exemplificação, os conteúdos relacionados ao ensino da língua portuguesa e aritmética, onde os conhecimentos foram claramente sistematizados de forma a possibilitar a compreensão do aluno a partir dos elementos mais elementares que foram sendo complexificados ao longo do estudo dessas disciplinas.

O caráter prático das diversas disciplinas era insistentemente reafirmado. Assim, no ensino da língua portuguesa, a finalidade principal era fazer com que o aluno conseguisse exprimir as suas idéias, tanto verbalmente como por escrito, de maneira compreensível e correta. Todos os trabalhos escritos eram considerados exercícios de caligrafia, devendo para este fim, depois de corrigidos pelo professor, ser passados a limpo.⁵

Talvez o exemplo mais expressivo da orientação indutiva nos programas das escolas elementares tenha sido o dos conteúdos de geografia, tanto no caso do programa das escolas elementares como, de forma ainda mais saliente, no programa dos colégios elementares. No primeiro caso, o início da formação dos conhecimentos geográficos era a sala de aula, portanto, uma realidade extremamente próxima do aluno e, depois, os conteúdos iam se desenvolvendo para realidades mais distantes, como a casa onde funcionava a aula, o distrito, o município, o Estado e o país. Ou seja, do simples para o complexo, do próximo para o distante, do particular para o geral, pressupostos integrantes da orientação indutiva perseguida pelos republicanos. No segundo caso, essa perspectiva é ainda mais reforçada, com a sistematização do conhecimento a partir da própria carteira do aluno, sua realidade mais próxima na sala de aula, para daí chegar às realidades gradualmente mais afastadas. Tudo isso era realizado de forma a

⁵ Art. 8º e 16º dos programas do ensino primário de 1899. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1899, p. 257-9.

privilegiar o concreto para dele chegar ao abstrato, com a representação dessas realidades nos mapas.

Outra característica que merece ser destacada, em termos da orientação geral dos programas, é o aspecto doutrinário afirmado nos conteúdos de instrução moral e cívica. Desde o início da gestão republicana, esse caráter foi implementado. No regulamento da Instrução pública de 1897, ficou estabelecido que a instrução moral e cívica não teria curso especial, devendo ocupar constantemente e no mais alto grau a atenção dos professores.⁶

Todavia, a generalidade dessa orientação, deixando aos professores a deliberação da oportunidade de tratar do conteúdos morais e cívicos, mesmo que tenha sido colocada de forma a considerar a elevada relevância dos mesmos para os dirigentes do Estado, parece não ter sido satisfatória, a ponto do programa dos colégios elementares passar a incluir, como matéria específica, esses conteúdos.

Além disso, os conhecimentos previstos eram os que interessavam ao projeto republicano, ou seja, desde a reafirmação das datas cívicas, dos aspectos relacionados aos deveres dos alunos, das questões relativas aos aspectos políticos como o exercício do voto, a apologia republicana, a importância das leis e dos impostos, enfim, aspectos doutrinários que era do maior interesse dos positivistas garantir no âmbito da escola pública. Nas escolas complementares, esse trabalho tinha seqüência com os conteúdos de Direito Pátrio, que incluía temas relacionados à família, à propriedade, aos deveres e às garantias do cidadão, aos poderes, entre outros.

Dessa forma, a política educacional republicana se realizava também através dos programas escolares, reforçando o imaginário social favorável à consolidação do projeto dos positivistas que comandavam o Estado. Outros aspectos merecem também análise especial, como procederemos a seguir.

2.2. Ciência e eugenia.

Para a análise dos programas escolares, torna-se necessário a recuperação de um elemento que integrou a discussão científica, social e política no período que estamos analisando. Falamos da questão racial, cuja importância nos remete a algumas considerações que se relacionam com o tratamento dos conteúdos ensinados na escola pública do Rio Grande do Sul.

A discussão sobre a questão racial esteve presente entre os temas privilegiados do século XIX, mesmo que o surgimento dessa discussão tenha se dado ainda no século XVIII, no âmbito do próprio Iluminismo.

⁶ Artigo 6º do Regulamento de 1897. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1897, p. 164.

Todavia, a tradição igualitária que adveio da Revolução Francesa considerou os diversos grupos como “povos”, “nações”, mas nunca como raças diferenciadas em sua origem e conformação. É no século XIX, portanto, que a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os diversos grupos humanos passou a ser defendida, significando uma reorientação em relação ao tratamento da questão racial e expressando uma reação ao Iluminismo e sua visão unitária da humanidade.

Nesse sentido, o que se processou foi um retrocesso marcado pela investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, centrada na idéia de raça que, nesse contexto, aproximava-se da noção de povo. Assim, o discurso racial apareceu como uma variante do debate sobre a cidadania, opondo o modelo igualitário da Ilustração às doutrinas raciais, assumindo papel relevante no imaginário social da época.⁷

Não é nossa pretensão realizar um mapeamento das discussões relativas à questão racial, o que não caberia neste trabalho. Interessa-nos situar a questão e apontar para as implicações no âmbito da escola pública rio-grandense, já que os positivistas que comandaram o Estado à época inseriram-se nesse contexto, defendendo posições que refletem a introdução da temática racial entre as suas preocupações.

Não foram estranhas ao Rio Grande do Sul, portanto, visões deterministas como a defendida por Cesare Lombroso, que considerou a criminalidade um fenômeno hereditário, a partir da observação da natureza biológica do comportamento criminoso. As posições defendidas e praticadas pelos positivistas na gestão do Rio Grande em relação aos doentes mentais, a construção de hospícios e prisões, apontam a influência da escola lombrosiana entre os dirigentes gaúchos. As fontes de época demonstram essa influência. Basta verificar os relatórios da Secretaria do Interior e Exterior, onde podemos encontrar testemunhos de como esteve presente a idéia da separação entre os indivíduos “honestos” e os “delinquentes”. Os caracteres fisiológicos e patológicos destes últimos apontavam “anomalias” que fundamentavam essa separação.⁸

Para os fins de nosso estudo, interessa-nos apontar que a questão racial ganhou uma conotação política, com o surgimento da eugenia, cujo objetivo era intervir na reprodução das populações. Nessa direção, a eugenia incentivou uma administração científica e racional da hereditariedade, com

⁷ Para situar a temática racial no âmbito de nosso trabalho, valemo-nos fundamentalmente da contribuição de: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870/1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁸ Exemplo dessa posição pode ser encontrado no relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 1897, p. 213-241.

a introdução de novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social.⁹

Foi no século XIX, portanto, que o surgimento das teorias raciais e a apreensão das “diferenças” promoveu o estabelecimento de relações entre características físicas e atributos morais, transferindo a diversidade humana do campo da cultura para o da ciência determinista do século passado. A biologia foi a base para os grandes modelos e a partir das leis da natureza é que se classificavam as diversidades.

Em termos nacionais, a década de 1920 constituiu-se no momento em que as posições eugênicas se tornaram mais presentes. Destacava-se a importância de uma luta pela regeneração de nossa raça como condição de sobrevivência política entre as nações. A idéia de “regeneração” de nossa “situação social decaída” relacionava-se ao combate à preguiça e à ignorância dos preceitos elementares de higiene. Muitas foram as soluções propostas para garantir o “ressurgimento da raça”, com a introdução da educação física como forma de alcançar o aperfeiçoamento humano.

Nesse sentido, a máxima “mens sana in corpore sano” passou a integrar os discursos oficiais dos dirigentes políticos da época. Foi sendo amadurecida uma visão que passou a consagrar a eugenia como maneira de “cuidar da raça” e reverter o processo que levava à degeneração. A melhoria da raça passou a ser considerada vantajosa sob todo e qualquer aspecto.

Assim, a defesa da higiene pública ganhou força no período que estamos analisando, garantindo espaço aos pesquisadores médicos, aos higienistas e aos saneadores. A atuação nas comunidades chegou ao campo da educação e da prevenção. A nação almejada pelos eugenistas, como um corpo homogêneo e saudável, necessitava passar por um processo acelerado de transformação.

Se, a nível nacional, a situação se configurou dessa forma, no Rio Grande do Sul ela apresentou especificidades que nos interessa ressaltar, particularmente no que diz respeito aos conteúdos de ciências e educação física previstos para o ensino nas escolas elementares. Desde o programa de 1899, podemos observar a introdução do ensino das ciências, o que se constituiu um avanço em relação ao programa do ensino dos tempos do Império, onde esse aspecto foi praticamente ignorado, apesar de alguns ensaios de implementação do método indutivo ter sido percebido.

⁹ O termo eugenia foi criado pelo cientista britânico Francis Galton, que buscou provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. Nesse sentido, as proibições aos casamentos inter-raciais, as restrições que incidiam sobre “alcoólatras, epiléticos e alienados”, visavam a um maior equilíbrio genético, “um aprimoramento das populações”, ou a identificação precisa “das características físicas que apresentavam grupos sociais indesejáveis”. Cf.: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870/1930*, op. cit., p. 60-1.

As “lições de coisas” passaram a apresentar os conteúdos de ciências físicas e naturais, assumindo esta denominação no programa dos colégios elementares de 1910. Chama a atenção a vinculação da questão da higiene, neste último programa, à área das ciências, bem como seu tratamento como conteúdo escolar. Todavia, se no programa de 1899, o início do tratamento dos preceitos de higiene se dava na primeira seção da segunda classe, ou seja, no terceiro ano do ensino, no programa de 1910 a abordagem da higiene como conteúdo ensinado ocorreu desde o primeiro ano escolar, com a inclusão da temática do asseio e de sua importância, em paralelo ao estudo de conhecimentos científicos.

Pudemos constatar, portanto, que o ensino das ciências físicas e naturais foi previsto, em termos dos conteúdos estabelecidos nos programas escolares do nível elementar, com uma vinculação à questão da higiene. Nesse sentido, a orientação adotada indicou a sistemática aplicação dos conhecimentos científicos que iam sendo oferecidos à problemática da higiene. Essa ocorrência deu-se de forma a demonstrar uma modificação nos dois programas que recuperamos, ou seja, a intenção de estabelecer a relação prática entre ciência e higiene apresenta um avanço de um programa para outro, sendo bastante mais clara nos conteúdos dos colégios elementares.

Percebeu-se, assim, que nos conteúdos escolares estava incluída uma orientação que visava a prevenção da saúde. Se considerarmos que esse período caracterizou-se pela ausência de uma política de saúde, com a reduzida intervenção do Estado gaúcho nesse campo, com os indicadores apontados pelos programas do ensino elementar salientou-se a estratégia dos dirigentes que comandavam o Rio Grande. Ou seja, além de ensinar, a escola pública tinha também a tarefa de prevenir a saúde, relacionando ciência e higiene, na tentativa de, por esse veículo, conseguir a melhoria da saúde das crianças e jovens, o que poderia influir no melhoramento da raça.

Essa tentativa foi complementada com o aprimoramento perceptível dos conteúdos de educação física nos programas do ensino elementar. A observação dos programas de 1899 e 1910 torna clara uma ampliação das pretensões dos elaboradores do programa, em relação ao papel da educação física. No primeiro programa estavam previstos apenas exercícios de ginástica, corridas e jogos para todas as seções que integravam o ensino elementar, de forma coerente com as instruções preliminares que informavam que o ensino de ginástica teria mais o caráter de exercício para o descanso e retempero do espírito, do que o de uma disciplina especial.¹⁰ No segundo, todavia, verificou-se um aprimoramento nos conteúdos, que

¹⁰ Art. 15º dos programas de 1899. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1899, p. 258-9.

indicaram a introdução dos exercícios calistênicos destinados a promover a beleza e o vigor físicos. A preocupação com o desenvolvimento do corpo foi se aperfeiçoando ao longo das seções escolares, culminando com a introdução, na primeira seção da terceira classe, dos exercícios militares, bem mais intensos e dos quais não participavam as meninas.

Portanto, a orientação dos programas escolares do ensino elementar demonstrou que os positivistas rio-grandenses foram precoces na busca de uma solução via escola para a questão da eugenia, relacionando os conteúdos de ciências físicas e naturais com a questão da higiene, buscando dessa forma e com o reforço da educação física, aprimorar a raça e conseguir os cidadãos saudáveis tão necessários ao seu projeto de desenvolvimento econômico do Estado. Além disso, ficou a cargo da escola pública o desenvolvimento da “consciência sanitária” da população, e isso foi feito através dos conteúdos inseridos nos programas escolares.

Em complemento a isso, a eliminação da matrícula dos alunos que fossem portadores de “inabilidade física superveniente”, conforme estabeleceram os regulamentos escolares, acrescida da introdução da confecção das fichas antropométricas dos alunos e da inspeção médico-sanitária ao final do período de nosso estudo, complementaram uma orientação que marcou a escola pública rio-grandense sob a direção dos positivistas. A escola foi envolvida, segundo tudo indicou, na política de eugenia dos republicanos no Rio Grande do Sul, desde a década de 1910.

Nesse sentido, são elucidativas as deliberações impostas pelo regulamento do ensino normal que, nas condições consideradas indispensáveis à matrícula no curso complementar, entre outros requisitos estabeleceu a verificação, por parte da inspeção médica escolar, de que o aluno não sofria de moléstia infecto-contagiosa ou repulsiva, nem possuísse defeito físico que incompatibilizasse o candidato com o exercício do magistério, sendo-lhe fornecida a respectiva ficha antropométrica, que ficava arquivada na escola. Além disso, para todos os alunos da instituição foram estabelecidas como causas de exclusão dos alunos, de forma temporária, as diversas nevroses e afecções parasitárias supervenientes e, de forma definitiva, as moléstias crônicas contagiosas ou que, pela frequência de suas crises, perturbasse o funcionamento das aulas.¹¹

De forma coerente e dando culminância às pretensões governamentais, os programas eram complementados com as preleções semanais, que se realizavam preferentemente aos sábados, ao se encerrarem as aulas, em forma de palestras de quinze minutos aos alunos, as quais

¹¹ Art. 44° (letra b) e 54° do regulamento do ensino normal de 1929. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1929, p. 308 e 310.

deviam versar sobre motivos de ordem moral e higiênica.¹² Estava assim feita a relação entre a higiene e a moral, que foi tão insistentemente propagada à época pelos governos republicanos do Rio Grande do Sul, no sentido da formação dos valores que interessava ao projeto de modernização conservadora do Estado.

2.3. A preparação para o mercado.

Os programas estabelecidos pelos dirigentes educacionais republicanos apresentaram, ainda, uma característica que merece ser salientada. Referimo-nos à determinação incluída nas instruções preliminares ao programas de 1899, que estabeleceu, em seu artigo 7º que, nas escolas rurais do sexo masculino, o ensino de “Lições de coisas” seria, nas duas últimas classes, substituído pelo de Agricultura Prática, de acordo com o respectivo programa.¹³

As considerações que realizamos anteriormente, ao apontarmos o avanço que significara, em termos do ensino público, a introdução das ciências no currículo escolar, merece agora uma maior precisão. Nas escolas elementares, sobretudo as isoladas que se situavam nas áreas rurais, este aspecto foi minimizado, tendo sido dada preferência à conteúdos relacionados à conhecimentos práticos de agricultura. Essa orientação indica com clareza que, para os alunos das escolas rurais, na concepção governamental, era mais importante conhecer aspectos relativos ao trato da terra, conhecimentos esses rudimentares, do que ser introduzidos de forma sistemática no conhecimento científico. Essa posição expressa, mais uma vez com coerência, a política educacional dos positivistas gaúchos, centrada na diferenciação dos saberes pois, como já apontamos em outra parte deste trabalho, se fossem necessários orientações científicas mais avançadas, isso deveria ser buscado junto aos técnicos formados pela Escola de Engenharia, através do Instituto de Agronomia, o que garantia, além da diferenciação dos saberes, sua hierarquização.

Merece ser recordado que as escolas isoladas constituíam o maior número das escolas públicas do Rio Grande. Portanto, para a maioria das crianças que freqüentavam as aulas espalhadas pelo interior do Estado, os conteúdos ensinados demonstram que o reconhecimento da predominância das atividades agrárias na economia gaúcha definiu a orientação adotada no programa, em relação ao ensino da agricultura prática. Portanto, preparar para o mercado de trabalho, de acordo com as condições dadas, foi um

¹² Art. 8º do regimento interno dos estabelecimentos de ensino público de 1927. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1927, p. 542.

¹³ Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1899, p. 257.

critério que esteve presente na elaboração dos programas das escolas elementares.

A introdução dos trabalhos manuais constituiu-se numa iniciativa que visou preparar os alunos das áreas urbanas para as possíveis atividades profissionais que, no futuro, poderiam vir a desenvolver nas cidades. Desde as tarefas mais simples de dobramento de papel, alinhavos em cartão e, para as meninas, as diversas atividades relacionadas à costura e bordado, a finalidade era o treinamento para futuras profissões.

Esse objetivo pode ser mais explicitamente ainda percebido se observarmos a introdução, nas duas seções da terceira classe, de conteúdos de escrituração mercantil e escrituração agropecuária, através dos quais os alunos eram colocados em contato com conhecimentos relativos ao movimento de débito e crédito e aos livros de contabilidade, familiarizando-se com a lógica do capital. O programa dos colégios elementares, dessa forma, adequava-se à realidade econômica gaúcha, centrada na agricultura e no comércio e na qual as atividades industriais eram ainda incipientes.

Os programas escolares, ao introduzirem conteúdos relativos à trabalhos manuais, escrituração mercantil e escrituração agropecuária, transformaram-se em instrumento da política educacional republicana, que teve seqüência com a criação das caixas escolares, na década de 1920. A valorização da propriedade privada e do capital estiveram presentes como elementos subjacentes desses conteúdos dos programas, evidenciando a intenção de fornecer ao ensino público a orientação pragmática que interessava aos dirigentes do Rio Grande, em função do seu projeto de desenvolvimento econômico do Estado.

Os aspectos que apontamos ganharam reforço no programa das escolas complementares, no qual a disciplina de Direito Pátrio incluía elementos como: aquisição da propriedade, herança, legado, contratos de compra e venda, hipoteca e penhor, bem como a questão das sociedades, sua constituição, características, dissolução e liquidação.

2.4. História: na contramão do avanço da ciência.

A tentativa dos positivistas gaúchos, no campo da História, foi a de adequá-la à concepção evolucionista da ciência, ao mesmo tempo em que davam a ela papel expressivo na formação cívica e moral, interagindo com os conteúdos de instrução cívica e moral que anteriormente caracterizamos. Apesar disso, a história constituiu-se, ao longo de todo o período, numa área de conhecimento onde dificuldades apareceram, para a consecução de tais fins.

As fontes de época apontam a existência de problemas metodológicos no ensino da disciplina histórica. No entanto, a problemática

a ela referente não se restringiu à maneira de ensiná-la. A análise dos conteúdos inseridos nos programas das escolas públicas primárias nos possibilitam algumas conclusões que gostaríamos de registrar.

Para tanto, necessárias se fazem algumas considerações sobre alguns fatores que intervieram no processo sofrido pela área de história, ao longo do século XIX. Um desses fatores foi o surgimento de instituições que, a partir do pioneirismo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1839, passaram a ser instaladas não só no Rio De Janeiro, mas em vários Estados do País. Para os fins deste estudo, o que nos interessa é mostrar a orientação adotada por esses institutos, em relação à História.

Nesse sentido, vale lembrar que o papel reservado a esses estabelecimentos foi o de construir uma história da nação, de recriar um passado, de solidificar mitos de fundação, de ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. Ou seja, a tarefa dos institutos vinculou-se à composição de uma história nacional para um país tão vasto e carente de delimitações não apenas territoriais. Assim, unificar a nação significava a construção de um passado que se pretendia singular, embora claramente marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos, onde os sócios eram escolhidos antes de tudo por suas relações sociais. É, portanto, no interior desse processo de consolidação do Estado Nacional, tão marcado por disputas regionais, que ganhou força a sistematização de uma história oficial.¹⁴

Os institutos históricos e geográficos constituíram-se em espaços de produção de um saber histórico característico do século XIX, de cunho oficial, típico da congregação, no interior deles, da elite intelectual aliada à elite econômica e financeira, com interesses políticos evidentes, já que a concepção de história difundida nesses locais relacionava-se à busca de eventos que possibilitassem a construção de uma identidade nacional. Assim, o “descobrimento” foi resgatado como um marco de origem. A independência ganhou qualidades de justiça e patriotismo, tendo sido transformada num recomeçar da vida nacional fundamental para sua identidade. Nessa linha de atuação, foi buscada a definição de uma cronologia histórica necessária para a configuração da imagem de nação.

Para o interesse de nosso estudo, não cabe a exploração mais específica da história dos próprios institutos, sendo suficiente a constatação de sua constituição como verdadeiros guardiães da história oficial, bem como a gradativa introdução, ao final do século passado e inícios do atual, de uma nova forma de entender a história, centrada num modelo

¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870/1930, op. cit., p. 99.

determinista, que passou a ser considerado como o único científico. Assim, a construção da história nacional passou a ser vinculada à participação na discussão sobre os problemas do presente e das inseguranças do futuro, bem como de se atualizar em relação aos avanços científicos da época.

Como vemos, sem entrarmos aqui no tratamento de especificidades políticas e regionais, registramos que coube a esses institutos a elaboração de uma agenda com personagens e fatos, muito arraigada ainda em muitos historiadores. Vinculados a um projeto enciclopédico que colocava ordem e encadeamento onde existiam apenas eventos singulares, os participantes dessas instituições associaram-se na construção de uma história nacional que, tendo como alvo o presente, forjava o passado como tradição. Criar uma história brasileira significou dar um passado ao país e generalizar histórias de certos grupos influentes. Preservando a sua própria memória, o que significa dizer, de um certo tipo de história, até hoje esses institutos produzem um saber histórico centrado em longas genealogias, vultos históricos e eventos insistentemente retomados.¹⁵

Se analisarmos os conteúdos históricos incluídos no programa do ensino público primário de 1883, portanto ainda da fase imperial, vamos perceber que eles foram trabalhados de duas formas: primeira, como conteúdos de educação moral e cívica, foi recuperada a história sagrada, ensinada por meio de narrações extraídas da Bíblia; na segunda, como conteúdos propriamente de história, foram colocados conhecimentos que iniciavam nos descobrimentos portugueses na América e no Brasil. Dessa realidade distante, chegava-se aos principais eventos do período colonial, desde as primeiras explorações e chegando até os principais episódios da década de 1870. Resgatavam-se vultos e fatos que refletiam a história da nação, cuja importância política relacionava-se à história do poder nacional.

Portanto, nada que fosse surpresa, já que o modelo dedutivista que caracterizou esse tipo de abordagem combinava perfeitamente com os tempos do Império e com a influência da Igreja Católica. Interessa-nos entender, agora, a forma como os conhecimentos históricos foram trabalhados no período em que os dirigentes republicanos de orientação positivista estruturaram a educação pública no Rio Grande do Sul, com sua proposta de ruptura com o “regime decaído”, especialmente em termos educacionais.

A observação dos conteúdos de história selecionados nos programas do ensino elementar nos possibilita perceber alguns elementos importantes. O primeiro deles situa-se no fato da quase absoluta correspondência entre os conteúdos selecionados para as escolas e para os colégios elementares,

¹⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870/1930, op. cit., p.133-8.

mesmo que uns datem de 1899 e outros de 1910. Portanto, onze anos após ter sido estabelecido o programa para as escolas elementares, os responsáveis pela organização curricular do Rio Grande praticamente repetiram os conteúdos históricos de um para outro programa, sem nenhuma evidência de tentativa de modificação.

Por outro lado, os conteúdos estabelecidos corresponderam à orientação antes descrita, definida a partir da influência dos institutos históricos e geográficos. As narrativas predominaram enquanto forma de desenvolvimento dos conteúdos, a partir do descobrimento, percorrendo os principais acontecimentos da história política de cunho oficial e destacando os principais vultos dessa história que teve seu apogeu e marco cronológico delimitador o advento e a organização da República. O resgate desses eventos e dessas personagens significaram o delineamento, também a partir da atividade educacional do Rio Grande do Sul, de uma identidade nacional que teve nos modelos do passado a base para sua constituição.

Além disso, é interessante perceber que a história do Rio Grande do Sul apenas foi colocada no programa após o tratamento da história do Brasil, significando uma perspectiva de construção do conhecimento que tinha seu início no geral para chegar ao particular. Figuras abstratas foram usadas para que o aluno das escolas públicas rio-grandenses entendessem a sua realidade concreta. Os modelos eram distantes: Colombo, Cabral, Anchieta, Tomé de Souza, Henrique Dias, Felipe Camarão, Tiradentes, D. Pedro I, D. Pedro II, Bento Gonçalves, Duque de Caxias, Deodoro e Floriano. Podiam-se acrescentar um ou outro a mais, mas a lógica não era alterada. Virtudes heróicas e patrióticas eram ressaltadas, o que ficou evidente nos eventos selecionados.

Ainda em relação à história do Rio Grande, salienta-se que o início de seu estudo era feito a partir das expedições externas à região e que marcaram o início da colonização. O desenvolvimento do programa reflete conteúdos sempre distantes da vida do aluno, dos quais ele devia derivar conclusões para a sua própria vida. Identifica-se uma tendência apologética e regionalista, com os destaques dados à Revolução Farroupilha e às invasões “inimigas” ao Rio Grande do Sul.

Portanto, se confrontarmos a orientação adotada no programa de história dos tempos do Império com os adotados na República, o que vamos detectar é que a diferença fundamental situa-se no fato de que, para o ensino público rio-grandense, uma parcela dos heróis havia “descido dos Céus”, o que quer dizer que, ao invés de iniciar o tratamento dos temas históricos com a inserção de narrativas bíblicas e personagens da história sagrada, os vultos destacados para servir de modelo representativo das virtudes da nação eram, na República, apenas os “seres da Terra”, a maioria também

ressaltados no programa de 1883. O idealismo cristão deixou de estar presente nos conteúdos históricos, mas a lógica dedutivista que o orientou permaneceu absoluta nos programas implementados pelos positivistas nas escolas públicas gaúchas.

Se comparamos a estruturação mantida em relação aos conteúdos históricos com aquela estabelecida nos conteúdos de geografia, por exemplo, vamos verificar que esta última foi estruturada, conforme já indicamos, de acordo com a perspectiva positivista, norteadas pelo indutivismo. Utilizando ainda a comparação com a organização conferida aos conteúdos de geografia, podemos perceber que a história poderia ter sido trabalhada a partir da história de vida do próprio aluno, de sua família e de seu grupo social, para então chegar à história de sua cidade, de seu Estado e de seu país. Mas o que ocorreu foi o inverso.

A questão que surge, em função da situação exposta, é a seguinte: porque os dirigentes rio-grandenses, que haviam conseguido concretizar, na organização dos programas do ensino público primário, o avanço trazido pelos conhecimentos científicos da época em algumas disciplinas, não conseguiram fazer o mesmo no caso da história?

A resposta a essa questão pode estar situada em dois pontos. O primeiro deles vincula-se à influência dos institutos históricos e geográficos, no caso o do Rio Grande do Sul, que tinha atividade expressiva à época, tendo tido importantes relações com o governo republicano, a ponto de ter recebido auxílios financeiros do Estado em várias oportunidades, inclusive para a construção do prédio de sua sede.¹⁶ O tipo de história oficial produzida pelo instituto rio-grandense, que seguia a linha geral das demais instituições similares, servia aos interesses dos republicanos, mesmo que não se ajustasse à perspectiva científica que eles próprios defendiam.

Um segundo ponto da explicação leva em conta a posição da Igreja Católica, instituição com a qual os republicanos desenvolveram uma relação política importante, como já tivemos oportunidade de demonstrar, em outras partes deste trabalho. No caso do ensino da história, parece-nos relevante considerar sua posição.

Para tanto, lembramos que a revista oficial da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, a UNITAS, trouxe em vários de seus números orientações pedagógicas curiosamente colocadas em suas "Seções Doutrinárias". Numerosos são os exemplos que encontramos nas publicações do período. Em relação à história, a Igreja destacou a sua importância e definiu rumos para o seu ensino.

¹⁶ Cf.: despesas extraordinárias do Rio Grande do Sul dos anos de 1922 a 1927, nos relatórios da Secretaria da Fazenda dos respectivos anos.

O ensino promovido através de exemplos é constantemente defendido. Nesse sentido, é preciosos o texto: “Pedagogia - Importância do ensino da história”. Destacando o papel relevante que o ensino da história devia ocupar na obra da educação, a revista afirmou que a missão do mestre cristão, no domínio da história, não estava apenas na responsabilidade de restabelecer a verdade mas, também de defender, através dos recursos que ela oferecia, a fé e a virtude no espírito das crianças.

O ensino da História devia começar, evidentemente, pela História Sagrada: a Criação, a Queda, o Dilúvio, Abraão, José, Moisés e o Deserto, David, os Profetas que anunciaram o Messias, o Salvador do mundo e o mundo salvo, a Igreja fazendo aos poucos a conquista do mundo para Jesus Cristo. A idéia da Igreja, através das aulas de História, considerava o tempo e o espaço e o Brasil, como a porção mais notável e gloriosa da Igreja Católica, devia ter seus feitos destacados. O professor precisava salientar as grandes virtudes, citar as palavras célebres, para que fossem mais facilmente gravadas na memória. Assim, a História se constituiria na disciplina que, após o Catecismo, mais engrandeceria a alma e mais fortaleceria o coração dos inúmeros alunos que freqüentavam os colégios do Rio Grande.¹⁷

Observadas essas considerações, cabe a questão: qual a diferença existente entre essa orientação pedagógica, esses conteúdos escolares, e aqueles estabelecidos pelos dirigentes educacionais nos programas das escolas públicas do Rio Grande do Sul? Guardadas as especificidades da posição da Igreja, no plano epistemológico e metodológico, a aproximação é bastante grande e ajuda a explicar a articulação que se tornou possível entre a Igreja e o Estado, a nível regional.

O que estamos querendo dizer é que a história foi transformada, pelos governantes do Estado, não apenas em instrumento de manipulação ideológica, pois isso não teria sido prerrogativa exclusiva dos republicanos. Mais do que isso, a história foi utilizada também como forma de mediação do Estado com a Igreja, na medida em que a manutenção do modelo dedutivista de organização do conhecimento histórico possibilitou mais uma acomodação entre as duas instituições. Ou seja, enquanto a Igreja Católica passou a reconhecer a importância da ciência empírica, adotando-a em boa parte dos conteúdos que ministrava nas escolas religiosas, no que concerne às matérias ditas “científicas”, o Estado gaúcho manteve, nas disciplinas que tinham relação com a formação de valores éticos, morais, sociais e políticos, o mesmo padrão de estruturação que o adotado pela Igreja.

No caso do ensino complementar, a orientação foi absolutamente a mesma, com a novidade do programa incluir temas não trabalhados no

¹⁷UNITAS, Ano IX, nº 1, janeiro de 1922, pp.13/15.

ensino elementar, relacionados à chamada História Universal. Eram trabalhados conteúdos de História Antiga, Média e Moderna, com o mesmo enfoque que percebemos em relação aos programas do ensino elementar. Foram acrescidos, também, assuntos caros aos historiadores tradicionais, como as ciências auxiliares da história, as fontes históricas, a utilidade e a divisão da história, bem como as principais hipóteses sobre a existência e a origem do homem no globo. Neste último caso, observou-se a influência da visão evolucionista dos positivistas, com a qual não concordava a Igreja Católica, o que não impediu que, no fundamental, os conteúdos históricos fossem campo de conciliação política e educacional.

Resta colocarmos que os conteúdos históricos, no conjunto dos programas adotados nas escolas públicas primárias do Rio Grande do Sul, tiveram a característica de representar o atraso e a reação, já que, na maioria das disciplinas organizadas no período que investigamos, ocorreu a incorporação dos avanços proporcionados pela ciência da época, fato que não se estendeu à história.

Conclusão

A reorganização curricular e programática efetivada nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, na Primeira República, possibilitou a adoção de um caráter científico e técnico na estruturação dos conteúdos, o que foi importante para a formação do conjunto de trabalhadores que se faziam necessários para a realidade capitalista que os republicanos desejavam consolidar. Todavia, nas disciplinas que implicavam a formação de valores sociais e políticos, éticos e morais, constatou-se a manutenção das antigas orientações idealistas. Particularmente em relação à história, essa situação ficou evidenciada, significando mais uma forma de acomodação com a Igreja Católica.

Por outro lado, os conteúdos escolares demonstraram o quanto a organização escolar foi ajustada para contribuir para a formação do cidadão dos tempos novos do capitalismo. Essa formação exigiu que a escola, além de ensinar, educasse para a disciplina, para a produtividade e para os cuidados com a saúde. A preparação para o mercado incluiu instrumentos através dos quais os governantes gaúchos prepararam a juventude rio-grandense para a aceitação da lógica do capital.